

Esforço fiscal além do FMI

Superávit primário subiu para 4,06% do PIB em 2002, acima do acertado com Fundo

Editoria de Arte

Enio Vieira

BRASÍLIA

O esforço fiscal do país acabou sendo maior do que o fixado para 2002. Isso porque o setor público consolidado (União, estados, municípios e estatais) registrou no ano passado um superávit primário, que considera receitas e despesas excluindo os gastos com juros, de R\$ 52,364 bilhões, contra os R\$ 43,655 bilhões de 2001. Principal meta do acordo do governo com o Fundo Monetário Internacional, o resultado primário é usado para pagar juros e abater parte da dívida pública. O país cumpriu com uma folga de R\$ 2,064 bilhões a meta de R\$ 50,3 bilhões acertada com o Fundo. Isso significa que o governo Lula tem uma margem de manobra para estabelecer, este ano, um superávit acima do previsto.

O esforço fiscal de 2002 representou 4,06% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. O número superou a previsão do governo de chegar a 3,88% do PIB. O percentual do ano passado já está dentro do intervalo de 4% a 4,5% que o governo Lula pretende atingir este ano. Analistas de mercado estimam que a nova meta para o superávit em 2003 deverá subir dos atuais 3,75% para 4,2%, o que significa a necessidade de uma economia de R\$ 60 bilhões.

— Foi um desempenho que consolida o saneamento fiscal do setor público. Em relação ao PIB, foi o melhor desempenho desde 1994, quando o superávit primário foi de 5,04%. Já os números para 2003 estão sendo decididos pelo Ministério da Fazenda— disse o chefe do Departamento Econômico do Banco Central, Altamir Lopes.

O superávit primário somou R\$ 162,9 bilhões de 1999 a 2002. Essa foi a fase do acordo com o FMI, que só liberava os empréstimos com o cumprimento das metas fiscais. Apesar da grande economia no período, a dívida líquida do setor público passou de R\$ 385,9 bilhões (41% do PIB), em 1999, para os atuais R\$ 881,1 bilhões (55,9% do PIB).

Em dezembro, contas ficaram no vermelho

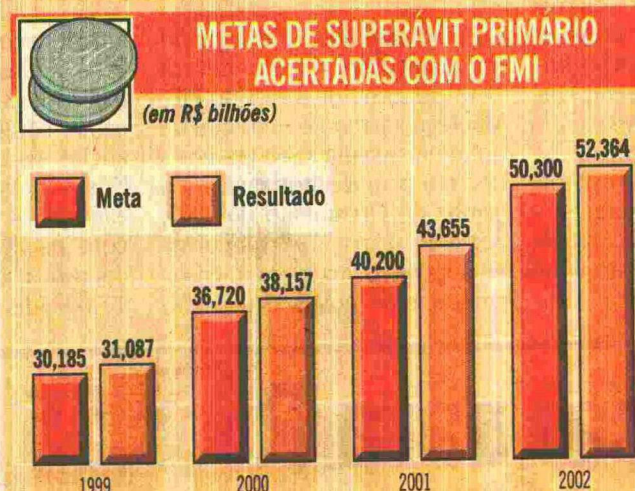
Para Altamir, o resultado do superávit mostrou o compromisso de ajuste fiscal porque este foi mantido mesmo em um ano eleitoral, quando se esperavam gastos maiores. A União teve resultado primário R\$ 10 bilhões maior que em 2001, e os governos estaduais aumentaram em R\$ 1,3 bilhão.

— As estatais como Petrobras vieram com números piores porque têm programas próprios de investimentos. Houve queda R\$ 1,2 bilhão no superávit delas no ano passado — afirmou Altamir, acrescentando que as prefeituras reduziram em R\$ 1,2 bilhão o superávit em 2002.

Segundo ele, os governos estaduais vêm apresentando bons desempenhos fiscais porque cumprem os contratos de renegociação da dívida com a União por 30 anos e devido às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Altamir ponderou que a União não tem como fixar metas de superávit dos governos regionais e prefeituras, pois eles têm autonomia quanto às despesas. No entanto, há a garantia de pagamento dos contratos, como foi o caso do Rio, que teve recursos do ICMS bloqueados este mês por atraso nas parcelas.

Em dezembro, os governos estaduais receberam R\$ 1,3 bilhão para o programa das rodovias federais. Os estados reformaram estradas e acabaram ressarcidos. Com isso, o resultado primário das contas públicas foi negativo em R\$ 4,706 bilhões no mês passado. O número negativo já era esperado devido ao pagamento do décimo-terceiro salário, à concentração de férias de servidores e à liberações de recursos para os ministérios. Apenas a União teve gasto de R\$ 8 bilhões. ■

Conheça as contas públicas



Para que serve o esforço fiscal

O governo usa os recursos do superávit primário para pagar os juros da dívida do setor público. Em 2002, o setor público (União, estados, municípios e estatais) economizou R\$ 52,364 bilhões, que serviram para bancar parte dos R\$ 113,9 bilhões em juros da dívida. Os restantes R\$ 61,614 bilhões foram incorporados ao estoque de endividamento, uma vez que não havia superávit suficiente para custear os juros da dívida. A União tem uma poupança de R\$ 50 bilhões, chamado de colchão de liquidez, para usar nos períodos difíceis. Se os bancos se recusam a renovar um vencimento da dívida ou preferem receber os recursos aplicados de volta, o Tesouro tem esse colchão para atender os compromissos.



FONTE: Banco Central